

# Golpe na Bolívia em 2019: dependência e imperialismo

Tatiane Anju Watanabe<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o golpe de Estado na Bolívia em 2019, buscando responder a seguinte pergunta: em que medida a condição de dependência boliviana e o imperialismo estadunidense ajudam a compreender o golpe de Estado que derrubou o presidente Evo Morales em 2019? Para isso, a metodologia utilizada será revisão teórica, levantamento de dados e pesquisa explicativa, a partir do método materialista histórico dialético. A revisão teórica será com base na Teoria Marxista da Dependência, para que seja possível compreender as características da dependência boliviana, tanto a nível econômico quanto político; e nas teorias do imperialismo, para que se explicita a motivação da atuação imperialista dos Estados Unidos no golpe. Após isso, um levantamento de dados será realizado no banco de dados do Banco Mundial e UNCTAD.stat, e também de fontes oficiais do governo boliviano, principalmente do Instituto Nacional de Estadística (INE), para que seja apresentado um breve panorama da economia boliviana. A pesquisa defende a ideia de que o governo Morales, ao focar no setor extrativo de sua economia, manteve e aprofundou o seu padrão primário-exportador, aprofundando então a própria condição dependente, que possibilitou a movimentação de forças da burguesia interna e imperialista para a sua derrubada, considerando que uma economia dependente gera um estado dependente, que por conta das suas contradições internas e externas acirra o conflito social, abrindo margem para um golpe de Estado.

**Palavras-chave:** Bolívia; Morales; golpe; dependência; imperialismo.

## Introdução

A América Latina vivenciou décadas de forte autoritarismo com os golpes empresariais-militares nos anos 1960-1970. Com o fim da era ditatorial na região, a impressão de muitos intelectuais era de que essas rupturas democráticas haviam ficado no passado e que a democracia liberal, como afirmou Francis Fukuyama no seu livro “O fim da história e o último homem” (1992), havia vencido a guerra ideológica, tendo se mostrado o melhor modelo político-econômico para atingir o desenvolvimento e a liberdade humana (FORIGO, 2011, p. 133-134). Porém, os golpes em países latino-americanos no século XXI provaram que essa concepção estava equivocada, considerando que essa tática de remoção forçada de um líder democraticamente eleito na América Latina ainda é uma realidade, como foram os casos em Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e enfim a Bolívia (2019), esta última a escolhida como objeto de pesquisa para a realização desse estudo.

A presente pesquisa sobre o golpe na Bolívia de 2019 tem como objetivo responder a seguinte pergunta: em que medida a condição de dependência boliviana e o imperialismo estadunidense ajudam a compreender o golpe de Estado que derrubou o presidente Evo Morales em 2019?

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC. Contato: tatianeawatanabe@gmail.com

Para respondê-la, será realizada uma pesquisa a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em que serão analisadas as características da dependência boliviana, em uma lente econômica, observando suas características e seu padrão de reprodução de capital (primário-exportador), e também política (caracterizando o seu Estado). Ademais, considerando o papel dos EUA no golpe que derrubou o presidente, serão utilizadas contribuições das Teorias do Imperialismo.

Logo após serão apresentadas as principais mudanças que Morales trouxe nos seus primeiros anos de governo, como a nacionalização dos hidrocarbonetos já em 2006 e a elaboração de uma nova constituição que reconhecia a plurinacionalidade do Estado boliviano e a importância do Estado no controle dos recursos naturais do país. Também, será apresentado a instabilidade do seu governo em 2008, havendo movimentações, principalmente da burguesia da *media luna* que buscava derrubá-lo da presidência, até chegar em 2009, que após um referendo que reafirmou a chapa no poder e a finalização da elaboração da nova constituição boliviana, seu governo conseguiu governar de uma maneira mais estável, pelo menos até 2016, em que Morales buscou possibilitar novamente a reeleição da sua chapa para as eleições presidenciais de 2019 através de um referendo constitucional, e com isso, as forças opositoras voltaram a se articular.

Em seguida, uma discussão mais econômica será introduzida, demonstrando os principais pontos da economia boliviana no governo Morales, e por fim será apresentada a conclusão da pesquisa, ressaltando os principais pontos e as teses defendidas no texto, sendo a hipótese principal a seguinte: governos populares, como foi o de Evo Morales, que avançou em um projeto político de melhoria de vida da sua população, ao chegar ao poder em uma economia dependente como a boliviana - que manteve e aprofundou o seu padrão primário-exportador - e sob o olhar do imperialismo estadunidense, ao não romper com essa condição, acreditando na tomada do poder político via eleição, ficou sujeito a processos de rupturas democráticas em que as classes dominantes agiram para tomar para si o controle total do aparato do Estado, que voltasse a atuar sem ferir seus interesses econômicos.

## **Dependência e imperialismo**

A dependência e o imperialismo são categorias que quando utilizadas em conjunto, aprofundam e complementam análises que visem explicar fenômenos e configurações políticas, econômicas ou sociais de países latino-americanos, por isso que elas serão assim apresentadas.

A categoria do imperialismo no começo do século XX não foi formulada somente por Lênin, havendo contribuições que começam com John Hobson, passam por Kautsky, Hilferding, Bakunin e Rosa Luxemburgo. Mas de acordo com a análise empreendida nessa pesquisa, é com o revolucionário russo que a teoria do imperialismo atingiu um maior grau de desenvolvimento teórico, construindo

uma análise que melhor explicitava o capitalismo monopolista do início do século XX, que é imperialista. Vladimir Lenin no seu livro ‘Imperialismo, fase superior do capitalismo’ (1916), mostrou que o imperialismo não era somente um momento que o capitalismo passava e que podia ser superado dentro da própria ordem burguesa, como defendia alguns de seus antecessores, como Hobson e Kautsky, mas era a própria forma que o capitalismo assumia nessa época histórica.

Lênin (2011, p. 218) então definiu o imperialismo como “a fase monopolista do capitalismo”, que precisa ser compreendida nos seus cinco traços fundamentais:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Considerando que o imperialismo não é somente econômico, mas como demonstrado por Lênin, se expressa politicamente, Wood (2005, p. 3-4) construiu uma análise em que defende que o imperialismo é capitalista por conta da predominância do econômico, diferenciando-se da dominação somente a partir de forças extra-econômicas, como coerção política, econômica e judicial, que caracterizavam as relações metrópole-colônia, porém, afirma que o “imperialismo capitalista”, como chama, não pode funcionar sem o uso de forças extra-econômicas. Para isso, o Estado tem um papel essencial, considerando que a classe dominante, que é a burguesia, não consegue exercer poder coercitivo direto, dependendo sempre de uma força que garanta a ordem legal e política que possibilite a acumulação de capital a partir do trabalho “livre” da classe trabalhadora, que por não possuir propriedade, precisa vender sua força de trabalho (WOOD, 2005, p. 20, 24).

Somando na análise que busca explicitar os desdobramentos políticos do imperialismo contemporâneo, Boron (2020b, p. 205) defende que o Estados Unidos está em decadência, por considerar que o país apresenta problemas estruturais em sua economia, que se evidenciam pelo déficit fiscal e comercial, há um endividamento público exorbitante, e houve um aprofundamento da sua vulnerabilidade externa por conta da sua dependência de recursos estratégicos como petróleo e minérios, para manter sua superioridade militar e seu padrão de consumo. Dessa forma, Boron (2020b, p. 76) avalia que na decadência do poder imperial estadunidense, o país tenta assegurar sob seu controle a região que considera a mais importante do globo, que é a América Latina. Essa prioridade estratégica se dá a partir de:

Em primeiro lugar, ela é sua vizinha, atravessada por profundas injustiças e em permanente efervescência pré-revolucionária. Uma vizinha que, como no México, tomou boa parte de seu território. É também sua fronteira com o Terceiro Mundo, com p subdesenvolvimento. É

também o seu *hinterland*, a sua área de segurança militar, a zona com a qual partilha a ocupação da grande ilha americana que se estende desde o Alasca até à Terra do Fogo, separada das demais massas terrestres e, mais ainda, depositária de imensos recursos naturais (BORON, 2020b, p. 76, tradução nossa).

Agora entrando na análise da dependência, a Teoria Marxista da Dependência, que é, segundo Luce (2018, p. 9), uma “síntese do encontro profícuo entre teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lênin”, nos proporciona uma visão ampla da condição subordinada da América Latina.

De acordo com Marini (2005, p. 141), a dependência é “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Marini observa que há três características fundamentais das economias dependentes latino-americanas: há uma cisão no ciclo do capital, no qual a produção de mercadorias não visa atingir o mercado interno mas sim o externo, com a circulação do capital acontecendo fora do país; segundo que a partir dessa cisão observa-se que as trocas comerciais entre os países dependentes e centrais se sustentam no que é chamado de troca desigual, havendo transferências de valor da periferia para o centro, no qual o centro se apropria de mais-valia criada na periferia; terceiro que a partir da cisão no ciclo do capital e da transferência de valor, as burguesias internas precisam compensar essa perda de valor a partir da superexploração da força de trabalho.

Por fim, é necessário também compreender os fatores políticos da dependência, adentrando no que é o estado dependente, já que a reprodução da dependência econômica dos países latino-americanos frente aos imperialistas necessita ser compreendida também a partir da sua dependência política. Essa dependência, como explicitou Bambirra (2019, p. 143-144), “deve ser definida [...] sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos “nacionais” internos – seja dependente”. E assim, Bambirra (2019, p. 102, 145) compreende que as classes dominantes nos países latino-americanos são “classes dominantes-dominadas”.

O Estado capitalista, segundo Osorio (2019, p. 175), continua no centro do sistema porque não existe dominação econômica da classe burguesa sem o Estado, não havendo então, acumulação de capital sem o Estado. Assim, é necessário entender quais são as especificidades que o Estado apresenta nas economias dependentes, e para isso, precisa ser entendido primeiro o exercício desigual da soberania no sistema mundial capitalista, que faz com que, segundo Savadori (1997), os Estados no centro tenham uma ‘soberania plena’, enquanto na periferia há uma ‘soberania aparente’, em que se apresentam relações de subsoberania que, de acordo com Osorio (2019, p. 206), “implica a

subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista”.

No entanto, falar em uma soberania fraca não significa falar em um poder político também fraco. Pelo contrário, o que se observa na América Latina é que apesar de um exercício restrito de soberania, tendo um Estado-nação fraco, há o exercício de um poder político forte por parte das classes dominantes, ou seja, um Estado forte, para impulsionar seus projetos, que por sua vez, tem fortes pontos de confluência com os interesses das classes dominantes dos países centrais (OSORIO, 2019, p. 189-191).

O capitalismo na periferia do sistema, portanto, atravessado por processos econômicos em que as contradições do sistema são exacerbadas, como a superexploração da força de trabalho, que é o marco definidor da dependência latino-americana, apresentam altos níveis de conflito social, em que o mar de pobreza, a massa de trabalhadores desempregados, a miséria e o alto nível de desigualdade social intensificam a luta de classes (OSORIO, 2019, p. 208-209).

Dentre algumas das caracterizações de Marini quanto ao Estado dependente, o autor desenvolveu um pouco melhor o conceito de Estado de contrainsurgência que, segundo ele (1978, p. 5), é um produto da contrarrevolução latino-americana, que no século XX se iniciou com um processo de desestabilização, no qual as forças reacionárias buscaram agrupar o conjunto da burguesia e também provocaram desconfiança e divisão no movimento popular, acarretando um golpe de Estado promovido pelas forças armadas, que representavam politicamente a burguesia.

Assim, o Estado de contrainsurgência é quando se aplica um enfoque militar à luta política, enxergando a luta de classes como guerra, adotando, portanto, táticas e métodos militares de luta, sendo um “Estado corporativo da burguesia monopolista e das forças armadas, independentemente da forma que assuma, isto é, independentemente do regime político vigente” (MARINI, 1978, p. 3, 8).

Um outro ponto de grande valia que Marini (1975, p. 34) nos apresentou é a questão da autonomia relativa do Estado latino-americano, que é o entendimento que no Estado:

Quando existe harmonia suficiente entre as frações que o compõem, a presença dos interesses gerais da classe dominante torna-se mais visível e a margem de autonomia do Estado quanto à sua interpretação e implementação é restringida. Quanto mais os conflitos dentro da classe dominante se tornam mais agudos, ou mesmo se ela encontra diante de si uma classe dominada com força suficiente para contestar sua dominação, maior é esse grau de autonomia. É por isso que um Estado forte, no sentido autoritário, é sempre uma expressão de fraqueza da classe que representa.

Essa característica da autonomia relativa do Estado é reafirmada por Marini no texto ‘Estado y Crisis en Brasil’ (1977), que é entendida por ele como uma lei geral da sociedade capitalista, “segundo a qual a autonomia relativa do Estado está inversamente relacionada com a capacidade da

burguesia para cumprir com seu domínio de classe”. No entanto, nas economias dependentes essa característica é acentuada, em que se observa que “um Estado capitalista forte é sempre a contrapartida de uma burguesia débil” (MARINI, 1977).

### **Governo Morales (2006-2016)**

Em 2005, após 20 anos de governos neoliberais, o líder cocalero Evo Morales ganhou a eleição presidencial com mais de 50% dos votos. O governo Morales buscava aumentar o controle do Estado na economia, principalmente no que se refere a riqueza em recursos naturais do país, como o gás natural, petróleo e minérios, como a prata, zinco, cobre, índio, lítio, etc. E se valendo da extração desses recursos para alcançar seu projeto político, econômico e social, iniciou um processo de nacionalização, começando com os hidrocarbonetos (gás natural e petróleo), decretada no dia 1 de maio de 2006, que passou então a ter a sua produção direcionada às corporações estatais, como Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e Empresa Boliviana de Industrialización de Hidrocarburos (EBIH). Também, houve a nacionalização da mineração, mas em um processo mais tímido do que o que ocorreu no setor dos hidrocarbonetos. No dia primeiro de maio de 2007, o governo anunciou o decreto supremo 29117, declarando que todo o território nacional seria reserva fiscal mineira (BOLÍVIA, 2020a). No entanto, deve-se ressaltar que o novo Código de Mineração, que foi aprovado em 2014, possibilitou o esvaziamento da noção de uma reserva fiscal mineira sob controle do Estado, porque avançou na concessão de terras de mineração do Estado para o setor privado a partir de novas modalidades de contrato (BARRETO, 2013, p. 118). Deve-se ressaltar, todavia, que dentre os principais minérios do país, o lítio, dado sua relevância geopolítica por ser utilizado na fabricação de baterias eletrônicas, e sendo a Bolívia o país com a maior reserva do mundo, o governo Morales tem mantido sua cadeira produtiva sob controle do Estado, como foi explicitado com a criação da empresa estatal *Yacimientos de Litio Boliviano*, que ficou responsável pelo gerenciamento da exploração do minério no país.

A nacionalização dos recursos naturais foi uma das principais reivindicações da mobilização de rua que elegeu Morales, assim, foi criada uma Assembleia Constituinte para dar início a formulação de uma constituição que pudesse “refundar” a república. Esse processo de formulação de uma nova constituição não foi fácil, com um embate entre os defensores do processo de mudança do Estado boliviano, impulsionado pela maioria indígena e camponesa, contra os opositores a esse processo e defensores da manutenção do *status quo*, concentrados majoritariamente na região da *media luna* (abarca os departamentos de Santa Cruz, Pando, Beni, e Tarija), chamados de “departamentos autonomistas” (PANNAIN, 2014, p. 206).

Aqui vale falar rapidamente sobre os movimentos autonomistas na Bolívia, para que seja possível compreender esse período de instabilidade política que Morales enfrentou nos seus primeiros três anos de governo. Dentre os departamentos autonomistas, Santa Cruz é quem encabeça esse movimento a partir do Comitê Cívico Pro Santa Cruz e do Movimiento Nación Camba, em que se organizam as elites de Santa Cruz, que se dizem “camba”, “uma espécie de outra etnia mais próxima das pessoas de cútis branca, e mais afastada dos *collas*, os migrantes indígenas provenientes do altiplano” (LUIGI JUNIOR, 2011, p. 14). Santa Cruz é um departamento que é “um centro econômico (agropecuário, petróleo e gás), comercial e populacional” (LUIGI JUNIOR, 2011, p. 66), e sua reivindicação por autonomia departamental, segundo Luigi Junior (2011, p. 14), está muito atrelada na busca pelo gerenciamento dos hidrocarbonetos presentes na área e no seu entorno<sup>2</sup>, em oposição ao controle do Estado sobre os recursos naturais do país. Esse movimento autonomista dos departamentos da *media luna*, se dá então por não quererem dividir as riquezas dos seus territórios com o resto do país. Destaca-se também o fato desses quatro departamentos não serem de maioria indígena, diferente da realidade dos outros cinco.

Assim, desde a instauração da Assembleia Constituinte, o embate foi se intensificando ao longo de todo o processo, atingindo o maior grau de instabilidade em 2008, com uma tentativa de golpe em meados de 2008, que se explicitou com manifestações em Santa Cruz e outras cidades do Leste boliviano com demandas separatistas, e a realização de referendos (sem validade jurídica) pela autonomia da *media luna* pelos governadores da região (HYLTON, 2008; FUSER, 2016, p. 80-83; WEBBER, 2008).

Após o fracasso na tentativa de golpe, o governo Morales conseguiu aprovar a nova constituição em janeiro de 2009, com os movimentos sociais alcançando suas principais demandas, que eram o reconhecimento da plurinacionalidade do Estado, a autonomia indígena e o controle do Estado sobre os recursos naturais (FUSER, 2016, p. 84-86, 94).

Assim, Morales governou a partir de 2009 com um maior grau de estabilidade, apesar do desgaste com a crise do Território Indígena e o Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS). Em 2011 o governo anunciou a construção de uma estrada que cruzaria o território do Tipnis, para ligar as cidades de San Ignacio de Moxs (Beni) e a Vila Tunari (Cochabamba). Isso gerou fortes mobilizações de organizações locais do Tipnis, especialmente indígenas, contra a construção da estrada, que foi respondida com repressão pelo governo, desgastando politicamente o governo, que decidiu suspender a sua construção (PANNAIN, 2014, p. 240).

Apesar dessa crise, num grau geral o governo conseguiu governar com um maior grau de legitimidade até 2015, considerando o alto grau de aprovação do governo, explicitada na re-eleição de 2014 com 61% dos votos no primeiro turno. Com isso, em 2015 Morales começou a se organizar

---

<sup>2</sup> Conferir mapas em: LUIGI, 2011.

para habilitar a reeleição presidencial para duas vezes consecutivas, ao invés de apenas uma, sendo aprovado no congresso a realização de um referendo constitucional em novembro de 2015, que depois de alguns meses de campanha seria votada no dia 21 de fevereiro de 2016 (21F).

A oposição então, que havia se enfraquecido com a tentativa de golpe em 2008, estando dispersa e sem liderança começou uma campanha pelo ‘Não’, surgindo nesse contexto diversos movimentos contra o governo. O resultado do referendo no 21F foi o ‘Não’ para a modificação, com 51% dos votos, mas no ano seguinte o Tribunal Eleitoral boliviano acabou autorizando a reeleição da chapa, após Morales argumentar que era um direito humano que qualquer cidadão pudesse se re-eleger mais de uma vez. Destaca-se que o ‘Não’ venceu por 2,4% de diferença, e que foi marcado por uma articulação das mídias hegemônicas bolivianas que as vésperas da votação soltaram uma notícia alegando que Morales havia tido um caso com Gabriela Zapata, tido um filho com ela e cedido favores políticos a ela (sendo acusado de Tráfico de Influência). Porém, semanas depois do referendo foi comprovado que o suposto filho nunca existiu e o congresso absolveu Morales do crime de tráfico de influência (BRITO, AMPUERO, 2016).

No entanto, essa movimentação de Morales de contestar o resultado do referendo deu combustível para a oposição construir um discurso de ilegitimidade do governo e autoritarismo, que se manteve até a eleição de 2019.

O ano de 2019 foi mais um que marcou a história de golpes no continente latino-americano, considerando o golpe que se efetuou na Bolívia. O início da crise política que se seguiu e culminou na renúncia de Morales em 10 de novembro, foi com a eleição presidencial no dia 20 de outubro, e que antes mesmo do início do processo eleitoral, começaram a surgir denúncias de fraude, que foi respaldado três dias depois das eleições pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que divulgou um relatório preliminar as pressas. Essa denúncia já foi contestada em diversos estudos independentes<sup>3</sup>, o próprio relatório da OEA já apresentava inúmeras inconsistências e nenhuma prova, mas a denúncia de fraude seguiu firme, com uma articulação dos meios de comunicação nacionais e internacionais dando apoio à essa narrativa. A denúncia de fraude dava “legitimidade” ao movimento que se seguia de derrubada do governo Morales, havendo nas ruas confrontos violentos entre apoiadores governistas e grupos paramilitares alinhados principalmente ao Comitê Cívico de

---

<sup>3</sup> O relatório produzido pela OEA foi contestado por um estudo independente realizado a partir de coleta de dados pela The New York Times, em setembro de 2020, que constatou que o relatório da organização carecia de provas. E o processo eleitoral boliviano foi analisado por pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), do CEPR (Center for Economic Policy Research) e por Walter R. Mebane (um dos maiores analistas do mundo em fraude eleitoral), que provaram que não houve fraude sistêmica. Esses relatórios podem ser encontrados em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3621475](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3621475) (The New York Times); [https://jackrw.mit.edu/sites/default/files/documents/Bolivia\\_report-short.pdf](https://jackrw.mit.edu/sites/default/files/documents/Bolivia_report-short.pdf) (MIT); <http://www-personal.umich.edu/~wmebane/Bolivia2019.pdf> (Walter R. Mebane); <https://cepr.net/images/stories/reports/bolivia-elections-2019-11.pdf> (CEPR).



Santa Cruz que agrediram, ameaçaram e sequestraram políticos e membros do partido de Morales, assim como suas famílias (ROMANO, et. al, p. 1, 15).

A OEA, dessa forma, desempenhou um papel de bastante relevância na derrubada de Morales, e vale destacar que apesar de ser uma organização que diz ser dos “Estados Americanos”, segundo Sánchez (2020) “longe de ser um instrumento para garantir a paz na região, é utilizado para consolidar os desejos dos EUA na América Latina e Caribe”, como pode ser atestado pelas suas ações, como por exemplo com o reconhecimento de Juan Guaidó na Venezuela, que se auto-proclamou presidente em 2019; com o respaldo do governo chileno de Sebastian Piñera frente a violência institucional contra as mobilizações populares anti-neoliberais em 2020; e claro, com a divulgação desse relatório sem provas que contestava o processo eleitoral boliviano em 2019.

Com a crise política instaurada, no dia 9 de novembro o comandante chefe das forças armadas bolivianas, Williams Kaliman, e o comandante geral da polícia, Vladimir Yuri Calderón se voltaram contra Evo Morales, pedindo sua renúncia em rede nacional, concretizando o golpe de Estado no dia 10. Destaca-se que ambos os comandantes realizaram treinamentos na Escola das Américas (atual *Instituto del Hemisferio Occidental para la Cooperación de Seguridad*), dos Estados Unidos, sendo um dos mais de quatro mil militares bolivianos que se “beneficiaram” da assistência militar estadunidense à Bolívia entre 1949 até 2004 (ROMANO, et. al, p. 11).

## **Economia**

Para compreender a economia boliviana sob o governo Morales é necessário compreender a base teórica que ela se assenta, que é o *Nuevo Modelo Económico, Social, Comunitario y Productivo* (MESCP), pensada por docentes da Universidade de Santo Andres (UMSA), entre eles, Luis Arce Catacora, que viria a ser ministro de Economia e Finanças no governo Morales e é o atual presidente da Bolívia, e foi quem pensou, junto com Carlos Villegas (ex-diretor do CUDES-UMSA), o plano econômico do novo governo nas eleições presidenciais de 2005. O MESCP é entendido pelos seus idealizadores como um modelo de transição para o socialismo, considerando que não tem pretensão de “entrar diretamente na transformação do modo de produção capitalista, senão, assentar as bases para a transição para um novo modo de produção socialista” (BOLÍVIA, 2011, p. 3). Para isso, o modelo identificou dois pilares: “o setor estratégico gerador de excedentes e o setor gerador de renda e emprego”. O Estado então adquiriria um papel redistributivo do excedente gerado nos setores estratégicos (hidrocarbonetos, mineração, eletricidade e recursos naturais), que seriam transferidos para os setores geradores de renda e emprego (indústria manufatureira e artesã, turismo, agropecuário, habitacional, comércio e serviços). Também seria papel do Estado redistribuir a renda gerada nos

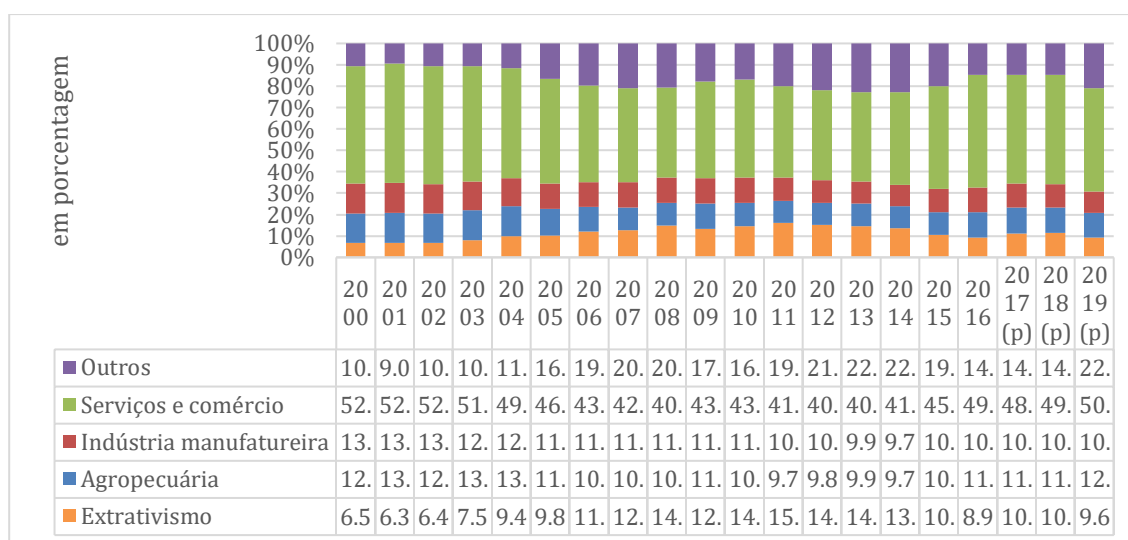
setores estratégicos para as camadas mais vulnerabilizadas da sua população, através de programas de transferência de renda, com o objetivo de acabar com a pobreza (BOLÍVIA, 2011, p. 7).

O governo Morales, portanto, sendo fruto do *proceso de cambio* que reivindicava uma ruptura com o passado neoliberal que atuou no desmonte do Estado boliviano, se comprometeu a colocar o Estado em um papel central na economia boliviana, industrializando o país para romper com o padrão primário exportador.

Sob o governo Morales no século XXI, a Bolívia foi uma das economias latino-americanas que mais cresceram, mesmo em meio a crise internacional de 2008. A taxa de crescimento do país pode ser retratada pelo Produto Interno Bruto (PIB), tendo mantido um crescimento estável ao longo dos anos. Em 2006, o PIB cresceu em 4,8%, atingindo 6,15% em 2008, caindo para 3,3% em 2009, mas voltando a crescer e batendo a marca de 6,8% em 2013, ano de maior crescimento do PIB. Depois disso, no entanto, o crescimento começou a cair, atingindo 2,2% em 2019 (UNCTAD, 2022).

Analisando a estrutura setorial do PIB na Bolívia a partir de dados do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) da Bolívia, considerando os setores produtivos, observa-se que dentre os três principais setores da economia boliviana, que são extrativismo, manufatura e agropecuária, o setor extrativista é o único que aumentou sua participação no PIB, como visto abaixo.

Gráfico 1 - Estrutura setorial do PIB boliviano em porcentagem (2000-2019) (INE)



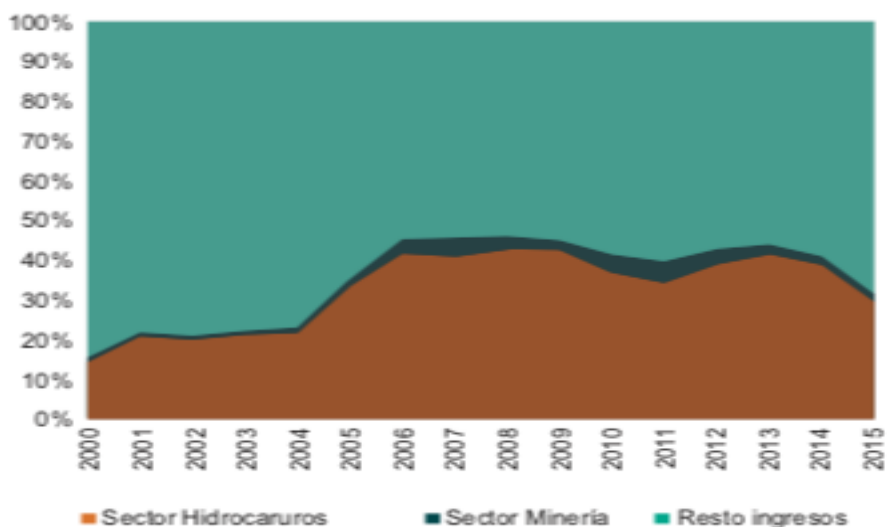
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2022).

Nota: De 2017-2019 constam dados preliminares.

O setor extrativo tem uma grande importância na economia boliviana gerando muita renda para o governo central, que possibilitou financiar políticas de transferência de renda que serão melhor trabalhadas mais para frente. De acordo com o gráfico abaixo, dos anos 2006-2014 quase 50% de

toda a renda fiscal adquirida pelo governo veio do setor extrativo, em que se destacam os hidrocarbonetos por conta do maior grau de nacionalização desse setor.

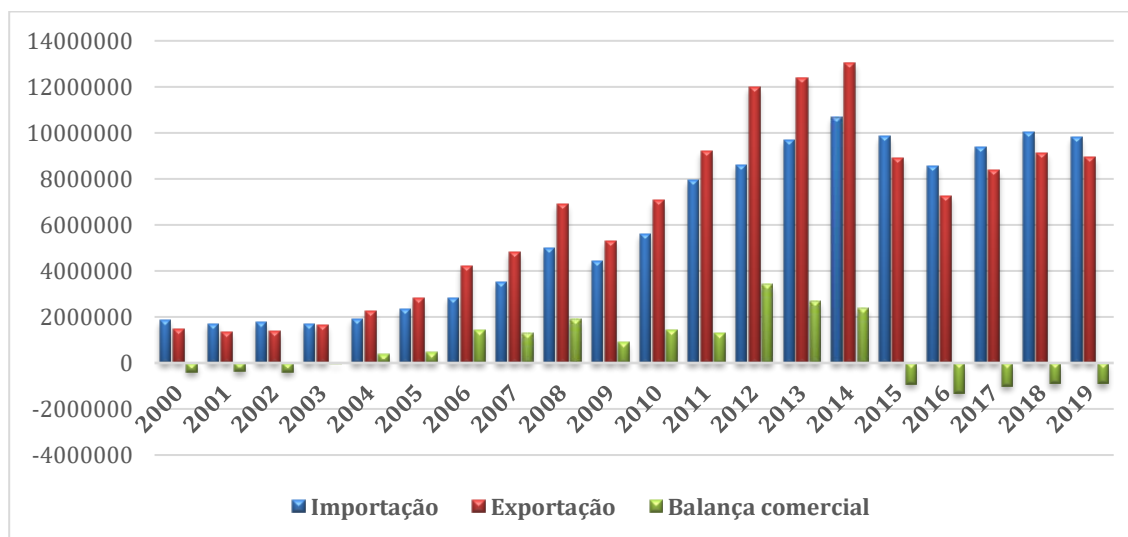
Gráfico 2 - Composição de rendas fiscais do governo central



Fonte: FUNDACIÓN JUBILEO, 2017.

Em relação ao comércio mundial do país, a sua balança comercial no começo do século XXI (2000-2003) apresentou saldos negativos, situação que mudou em 2004, no qual a cifra das exportações ultrapassou as importações. Essa situação se manteve por vários anos ao longo do governo Morales, no qual se observou que as exportações aumentaram em um grau ainda maior que as importações. Mas com a crise econômica internacional de 2008, que começou a afetar a Bolívia em 2014/2015, a sua balança voltou a apresentar um saldo negativo, como observado no gráfico abaixo.

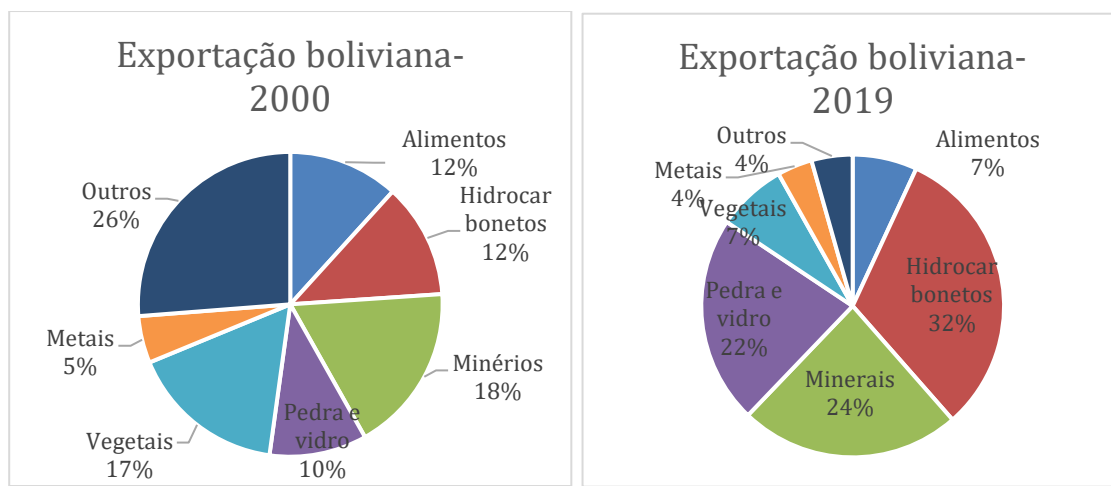
Gráfico 3 – Balança comercial da Bolívia 2000-2019 (em milhões de dólares)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do WITS, 2022.

Vale agora observar quais os produtos que a Bolívia exporta para o resto do mundo. Como é possível observar nos gráficos abaixo, em 2000 havia uma diversificação maior da exportação boliviana (apesar de ainda ser especializado em recursos primários), no qual o setor extrativista (hidrocarbonetos, minérios e metais) correspondia a 35% do total das exportações, e os outros setores como pedra e vidro, vegetais, alimentos e metais tinham uma contribuição maior. Já no último ano do governo Morales, em 2019, observa-se que o setor extrativista passou a corresponder a 59% do total das exportações, havendo então uma concentração maior nesse setor.

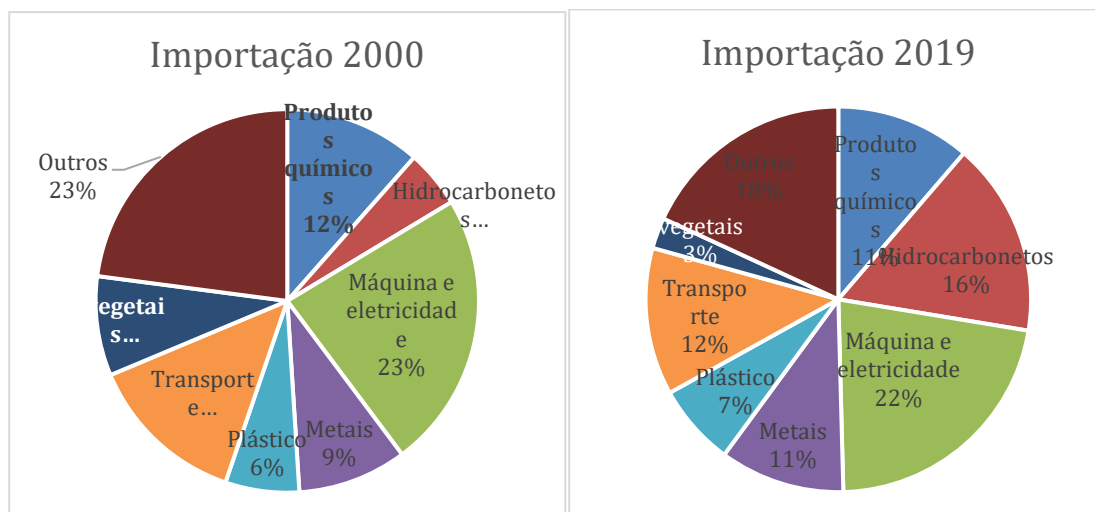
Gráfico 4 – Exportação boliviana por produto 2000 e 2019 (em %)



FONTE: elaboração própria a partir de dados da WITS, 2022.

Já a importação, nota-se que comparando os anos 2000 e 2019, não há grandes mudanças em relação a diversificação dos produtos importados, a única parte que chama a atenção é o aumento da participação dos hidrocarbonetos do total dos produtos importados, que passou de 5% em 2000 para 16% em 2019. E o principal produto importado são máquinas e eletricidade, representando mais de 20% de tudo que é importado pela Bolívia.

Gráfico 4 – Importação boliviana por produto 2000 e 2019 (em %)

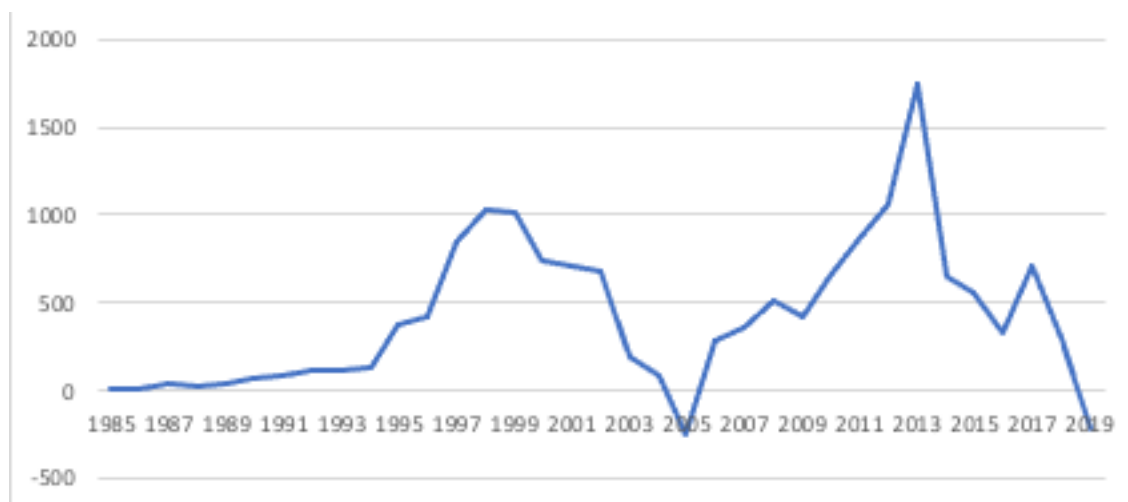


Fonte: elaboração própria a partir do WITS, 2022.

A entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na Bolívia, por sua vez, foi aumentando de forma modesta no início do período neoliberal (1985-1993), mas a partir de 1994 começou a aumentar exponencialmente, chegando a atingir a marca de 1 bilhão de dólares em 1998, com uma participação recorde de 12% no PIB, que se manteve em 1999 mas começou a cair até 2005. Essa queda se deu por conta da recessão econômica dos Estados Unidos em 2001<sup>4</sup> e pela crise política nacional de 2003 na Bolívia (guerra do gás) (BARRIOS GUTIÉRREZ, 2021, p. 684; UNCTAD.stat, 2022). A partir de 2006, como pode ser observado no gráfico, a entrada de IED voltou a subir, atingindo o valor recorde de 1,7 bilhão de dólares em 2013. Mas em 2014, com os efeitos da crise econômica internacional, há uma queda por conta da queda dos preços das *commodities*, considerando que esse IED se concentra majoritariamente no setor extrativista (71% em 2006 e 49% em 2019) (BCB (2019)).

<sup>4</sup> Também conhecida como “recessão ponto.com”, por ter começado a partir de uma bolha especulativa de novas empresas no setor de tecnologia da informação e comunicação, que ao longo de 2000 foi de esvaziando e em 2001 muitas empresas desse ramo estavam falindo ou foram compradas por outras.

Gráfico 6 – Entrada de IED na Bolívia (em milhões de dólares)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UNCTAD.stat (2022).

Quando analisamos o governo Morales inúmeras conquistas sociais vêm à mente, como o aumento considerável do salário mínimo nacional, que de 2006-2019 aumentou 300%, indo de 500 para 2.122 bolivianos; a diminuição do desemprego, que foi de 5% para 3,6%; e a queda da pobreza, que foi de 59,9% em 2006 para 37,2% em 2019, e extrema pobreza, de 38,2% para 12,9%, no mesmo período (BANCO MUNDIAL, 2022; INE, 2023). Essa diminuição da pobreza e extrema pobreza na Bolívia só pode ser entendida a partir da ação ativa do governo Morales, que além de garantir emprego e aumentar o salário mínimo, implementou uma série de políticas sócio-econômicas de transferência de renda.

Essas políticas foram financiadas principalmente a partir da renda adquirida com a nacionalização dos hidrocarbonetos, sendo destinado às mulheres grávidas, idosos e crianças. Há três principais programas implementados pelo governo Morales: Renda Dignidade, voltado às pessoas com mais de sessenta anos que recebem um montante mensal de até duzentos bolivianos; bônus Juancito Pinto, que tem o objetivo de diminuir a evasão escolar, pagando uma quantia anual de trinta dólares aos alunos de escolas primárias públicas que se mantivessem no sistema educativo; e o bônus Mãe, Menino e Menina Juana Azurduy, que para reduzir a mortalidade materna e infantil destinou diversos tipos de bônus: cinquenta bolivianos por cada exame pré-natal realizado, cento e vinte bolivianos por cada exame pós-parto, e cento e vinte e cinco bolivianos por exames médicos de crianças com menos de dois anos de idade (STEFANONI, 2010, p. 121-122).

## Dependência e imperialismo: golpe de Estado na Bolívia

O *proceso de cambio* que a Bolívia viveu principalmente nos primeiros anos do governo Morales, foi defendido por Garcia Linera como um processo revolucionário que buscava um maior controle do Estado sobre os recursos naturais do país, sintetizando essa ideia no que chamou de “Capitalismo andino-amazônico”, que consiste na “construção de um Estado forte, que regule a expansão da economia industrial, extraia seus excedentes e os transfira para a esfera comunitária para promover formas de auto-organização e desenvolvimento comercial propriamente andino e amazônico” (GARCIA LINERA, 2006, tradução nossa). Segundo o vice-presidente boliviano (2006), o capitalismo andino-amazônico seria um mecanismo temporário para lidar com a emancipação dos trabalhadores a médio prazo, ao mesmo tempo em que visualiza um horizonte estratégico socialista a longo prazo. Nos Programas de Governo de 2006 e 2009 não havia uma defesa do socialismo no texto, situação que mudou em 2014, inserindo o termo Socialismo Comunitário no programa, que é entendido por ele como um processo de transição que “incorpora os conhecimentos e práticas indígenas de diálogo e convivência com a mãe terra”, para que se possa chegar num estágio de “*comunitarización universal y total de todas las relaciones humanas y de los humanos con la naturaleza*” (GARCIA LINERA, 2015, p. 69).

Há então uma defesa muito forte do *buen vivir* no governo Morales, que é uma filosofia em construção, um projeto político-civilizatório, que se origina do modo de vida e cosmologia ameríndio, e se afirma na harmonia com a natureza e de todos os seres que vivem nela, entendendo que os seres humanos são parte da natureza, não podendo fazer com que ela os sirva (TURINO, 2016, p. 14-15). Isso se dá a partir de uma das bases de apoio do governo, que é indígena.

Segundo Garcia Linera (2010, p. 18), com a ascensão de Morales à presidência, a Bolívia passou a viver um “processo revolucionário” que deu início a uma série de transformações no país, chegando em um “ponto de bifurcação”, em que “ou se reconstitui o velho bloco de poder conservador, ou se finaliza o embate catastrófico e se consolida um novo bloco de poder”. Esse ponto de bifurcação, que na Bolívia consolidou, segundo ele, a vitória das forças revolucionárias, foi a derrota da tentativa de golpe em setembro de 2008 e a aprovação da nova constituição com 72% do eleitorado.

No entanto, apesar de reconhecermos as mudanças políticas profundas que a Bolívia viveu nesse *proceso de cambio*, em que foi reconhecida a plurinacionalidade do seu Estado, a palavra revolução não nos parece apropriada, considerando que não houve uma transformação radical, ou seja, pela “raiz”, das estruturas que sustentam o sistema de exploração vigente, que é o capitalismo, e também não houve uma tomada do poder pelo povo.

Garcia Linera considera que o povo conquistou o poder político e consolidou-se como novo bloco em 2009, no entanto, segundo Osorio (2017, p. 40-41), o governo Morales-Linera confunde os conceitos de Estado e aparato de Estado, que os leva a crer que houve uma vitória das “forças revolucionárias”, se resolvendo o problema do poder na Bolívia. Porém, considerando o Estado como a “condensação de relações de poder político e de domínio, as quais possuem uma dimensão que produz sentido de comunidade”, Osorio (2017, p. 35-36) diferencia o ‘Estado’ do ‘aparato de Estado’ que é, primordialmente, “a coisificação das relações sociais que constituem o Estado”, sendo formado por instituições (e seus servidores) como por exemplo o Banco Central, o Parlamento, o Poder Executivo e seus ministérios, as Forças Armadas, a polícia, as prisões, as empresas estatais, etc, assim como faz parte desse aparato também as leis, normas e o corpo constitucional. É então a partir do aparato de Estado que a classe dominante administra seu poder político, porém, na grande maioria das vezes, essa administração é deixada nas mãos de outras classes, por exemplo, com o cargo de presidência estando nas mãos de governos populares, situação que ajuda a manter a impressão de que o Estado é socialmente neutro. Isso não faz com que o poder político, no qual o Estado é o centro e que tem a burguesia como a sua classe dominante, seja disputado em processos eleitorais, porque alcançar algumas posições dentro do aparato de Estado, como do executivo, não muda o seu caráter de classe.

Assim, compreendendo essa diferença, nota-se que a vitória de Morales possibilitou a ascensão a posições dentro do aparato de Estado, mas que o Estado, que é o centro do poder político, continuou sendo um Estado capitalista, portanto, um Estado da classe dominante, a burguesia (OSORIO, 2017, p. 48).

Observou-se então que apesar dos avanços sociais e melhorias econômicas proporcionadas pelo governo Morales, a dependência continuou sendo uma realidade da economia boliviana, que tem, por sua vez, um Estado igualmente dependente. No governo Morales, segundo Tapia (2009, p. 111), o país viveu uma conjuntura de autonomia relativa do Estado possibilitada pela combinação de “movimentos sociais, sindicatos camponeses, processos de organização dos povos indígenas e partido eleitoral”, e que foi sustentada pelo excedente econômico gerado pela nacionalização dos recursos naturais do país, possibilitando uma margem de manobra maior para o governo implementar suas políticas sociais.

No entanto, ao mesmo tempo em que a renda extraída pela exploração dos recursos naturais no país possibilitou essa autonomia relativa do Estado, a sua condição primário-exportadora se aprofundou, aprofundando então a própria dependência, que fragiliza a sua economia. Nisso, considerando que o Estado atua para garantir o pleno funcionamento das relações capitalistas em uma economia, e a boliviana é dependente, primário-exportadora, vale observarmos como o Estado boliviano age para garantir essa condição.



É necessário antes de tudo ressaltar que o Estado não pode ser entendido como um único ente com uma força única que se utiliza dela para fazer valer seus interesses, mas precisa ser entendido como “relação social contraditória”, em que “se revela uma complexa teia de funções e inter-relações que compõem a totalidade do modo de produção capitalista” (PEREIRA, DUARTE, SANTOS, 2021, p. 3). O Estado atua então para garantir a reprodução do modo de produção capitalista, que beneficia em última instância as burguesias, mas isso não quer dizer que não há a atuação de outras forças que tentam a partir dele garantir seus interesses. O governo Morales explicitou isso. É um governo com pautas populares que muitas vezes vão na contramão de interesses diretos da burguesia, mas está inserido em “um território carregado de interesses de classe, com labirintos e armadilhas prontas para obstruir os projetos de forças sociais e políticas que rejeitem ou questionem a ordem existente” (OSORIO, 2017, p. 38). Portanto, analisar a atuação do Estado para garantir a condição dependente boliviana parte do entendimento dessa situação estatal complexa e contraditória.

Como foi observado no capítulo 2, a história da Bolívia foi marcada por um alto nível de conflito social em que a luta de classes se intensificou em alguns momentos por conta das próprias contradições da economia dependente. O conflito que culminou no golpe em 2019 se agravou também por conta dessas contradições, em que foram explicitadas algumas características e configurações do Estado dependente boliviano.

O governo Morales, apesar dos discursos de defesa do *buen vivir*, aprofundou a exploração da natureza ao priorizar os setores extrativos de sua economia, que garantiu benefícios na alta dos preços das *commodities*, mas que depois que esse ciclo passou, precisou lidar com as consequências de ter uma economia voltada a exportação de bens primários. Uma das bases de apoio do governo, recorda-se, são os povos indígenas. Assim, com o conflito do TIPNIS que teve uma forte repressão policial contra os manifestantes contrários a construção da estrada, foi explicitado a atuação de um poder político férreo do Estado boliviano, ou seja, um Estado forte para reprimir a convulsão social, que ao mesmo tempo fez com que houvesse um rompimento ou afastamento de diversos movimentos com o governo.

A economia dependente boliviana, marcada pela superexploração da força de trabalho, apresenta altos níveis de conflito social, em que o mar de pobreza, a massa de trabalhadores desempregados, a miséria e o alto nível de desigualdade social intensificam a luta de classes (OSORIO, 2019, p. 208-209). E o padrão primário-exportador, pautado no extrativismo da sua economia, também gera tensões e conflitos porque agudiza a “expropriação de territórios indígenas, grilagem de terras, assassinatos no campo e destruição ecológica” (LUCE, 2018, p. p. 56-57). Apesar do processo de nacionalização iniciado no governo Morales, que concedeu certo controle dos recursos naturais nas mãos do Estado (mesmo com suas limitações), a continuação da mesma política desenfreada de extrair ao máximo recursos da natureza só tende a manter o país em uma situação de

subordinação no sistema internacional, ao mesmo tempo em que destrói a natureza e confronta os povos que a defende. Tudo isso faz com que as medidas repressivas estatais tenham que se dar de forma constante. No entanto, falar em um Estado forte não significa que a sua soberania seja igualmente forte, o Estado dependente boliviano apresenta relações de sub-soberania que são explicitadas com a atuação dos Estados Unidos no país e o alinhamento e subordinação das burguesias bolivianas aos interesses imperialistas.

Esses interesses imperialistas se dão sobretudo por conta da sua riqueza em recursos naturais, principalmente do lítio, que vem sendo chamado de “petróleo do século XXI” e “ouro branco”, com os Estados Unidos apresentando uma forte dependência externa desse minério. Apesar da Bolívia ainda não ser uma grande produtora de lítio no mundo, por apresentar uma industrialização em estágios iniciais a expectativa de explorações massivas de lítio no país coloca-o em um grau de bastante importância no cenário internacional, com o país assumindo uma posição geopolítica fundamental, no qual os países imperialistas vão buscar garantir o controle dessa região, fazendo com que a abundância desse minério trouxesse instabilidades para o país.

No entanto, na Bolívia a cadeia produtiva do lítio é controlada pelo Estado, que acaba restringindo de certa forma as ambições imperialistas no país. De acordo com Castro, Guerra e Lima Filho (2020, p. 112), é por isso que a industrialização do lítio na Bolívia é mais demorada, por estar “sendo desenvolvido com muito cuidado pelo governo, no intuito de garantir a soberania sobre os recursos naturais do país”.

É por isso, então, que o golpe de Estado em 2019 tem sido chamado de golpe do lítio, inclusive pelo próprio presidente Morales, que afirmou que o principal motivo para a sua derrubada havia sido o lítio porque o país estava avançando “por conta própria” na sua industrialização e então, de acordo com o presidente “os Estados Unidos não perdoaram essa nossa política” (FARINELLI, 2020). Isso tudo vai em consonância com a afirmação de Bruckmann (2011, p. 208), que afirma o seguinte: “a disputa pelos recursos naturais adquire uma dimensão cada vez mais violenta e cruel”, ressaltando que: “uma das principais ameaças para o projeto hegemônico dos Estados Unidos na América Latina é a capacidade crescente da região para recuperar a soberania sobre seus recursos naturais, minerais estratégicos, petróleo e gás, reservas de água doce, biodiversidade, ecossistemas e florestas”.

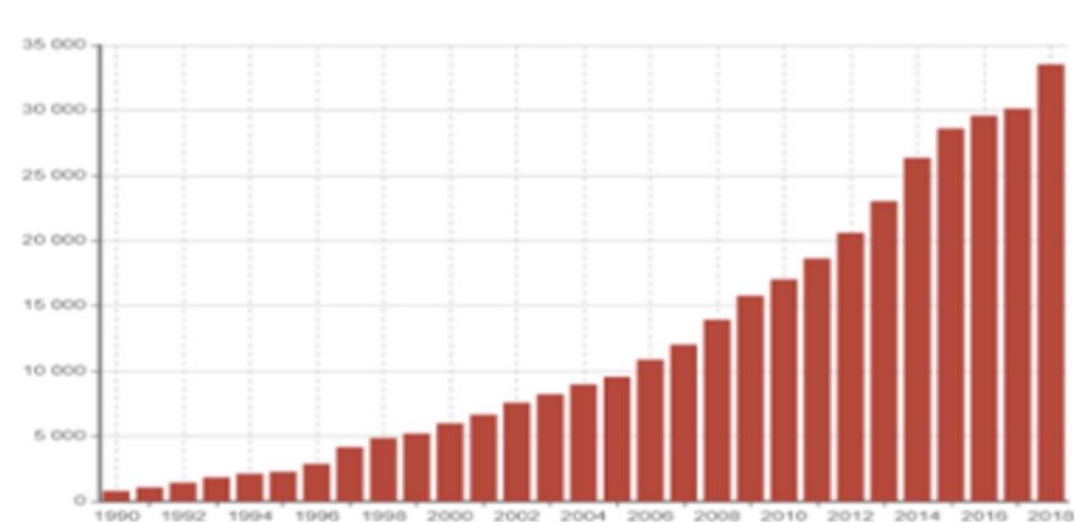
A manutenção da condição primário-exportadora então é de interesse tanto dos países imperialistas quanto das burguesias bolivianas, que ganharam muito com o aprofundamento desse padrão no governo Morales, que por sua vez, como demonstrado com o MESCP, dizia buscar romper com o passado neoliberal mudando o padrão primário-exportador e promovendo a industrialização da sua economia.

No entanto, ao longo dos 14 anos de governo o setor extrativo aumentou, assim como sua exportação, e a indústria manufatureira não foi priorizada. É possível ponderar, portanto, que assim

como as burguesias bolivianas e forças imperialistas, o governo Morales também tinha um interesse na manutenção da condição primário-exportadora da sua economia, mesmo que com objetivos diferentes. Enquanto os dois primeiros buscavam manter esse padrão somente em busca de lucro e com duração indefinida, o governo Morales, que defendia a partir de sua base ideológica formulada sobretudo por Garcia Linera, um “extrativismo temporário” para que se pudesse “criar as condições para satisfazer o mínimo básico material das necessidades das pessoas” (GIL, 2021, p. 96), tentava manter boas relações com as burguesias e a classe trabalhadora a partir da conciliação de classes, buscando utilizar a renda extraída do setor extrativo no financiamento de suas políticas socioeconômicas.

Essa estabilidade político-social se manteve enquanto os ganhos econômicos de ambos os lados eram mantidos, mas a crise internacional de 2008 começou a afetar a economia boliviana em 2014/2015, com a queda dos preços das *commodities*, como foi observado, que significou uma queda na taxa de lucro não apenas das burguesias internas, mas internacionais. Segundo Costa (2022, p. 115), com a crise o governo Morales privilegiou políticas para minimizar seus efeitos para a classe trabalhadora, não deixando de lado os programas sociais e a defesa da soberania do estado sobre os recursos naturais. Isso se observou com o gráfico abaixo que mostra o gasto público social que continuou aumentando mesmo em meio a crise.

Gráfico 7 - Gasto social público em bolivianos (à preços correntes)



Fonte: CEPAL, 2022 (apud COSTA, 2022, p. 112)

Também, em meio a crise, Evo Morales ainda manteve o processo de nacionalização, considerando que a *Yacimientos de Litio Boliviano* foi criada em 2017, visando caminhar na industrialização do minério (COSTA, 2022, p. 112-113).

Assim, essa priorização de Morales às políticas sociais em meio a crise, de acordo com Costa (2022, p. 115), acirrou a luta de classes no país, como foi explicitado com a rearticulação da oposição em torno do referendo constitucional do 21F, com a volta da organização de movimentos autonomistas que haviam sido derrotados na tentativa de golpe em 2008 e o surgimento de novos movimentos. É por isso que Costa (2022, p. 118) defende que:

As crises levam à atuação da burguesia pela manutenção de seus lucros, pois as classes que se beneficiam do capitalismo dependente lutam para manter o seu lucro. A reação desses atores econômicos e políticos nos momentos de crise inclui o rompimento com a ordem legal do Estado burguês. Como consequência, no cerne do Estado, os seus representantes dentro dessa estrutura atuam para estabelecer mecanismos que estabeleçam a maior acumulação possível.

Foi observado então que as forças hegemônicas do Estado boliviano - que apesar de ter setores populares ocupando posições no seu aparato, nunca deixou de ser um Estado burguês (e dependente) - começaram a se movimentar para colocar novamente um representante próprio na administração do poder político, que atuasse em prol exclusivo de seus interesses. É aí que o Estado dependente boliviano foi ganhando uma nova configuração em 2019, que é o de Estado de Contrainsurgência, sendo a “forma do Estado em momentos de golpe”, em que a luta de classes é enxergada como uma guerra e o inimigo precisa ser aniquilado (COSTA, 2022, p. 35). Nesse contexto, esse inimigo era Morales e o movimento popular, que fez com que as burguesias internas agissem em unidade com as Forças Armadas, a polícia e o imperialismo para derrubar o governo, usando de forças repressivas para assegurar o controle do poder político, que com Morales na presidência se encontrava limitado.

Toda essa situação precisa ser compreendida a partir das vulnerabilidades expostas pela própria condição dependente de padrão primário-exportador. A manutenção e aprofundamento dessa condição fragilizava a economia boliviana, em que a estabilidade político-social só se manteve com a alta dos preços das *commodities*, estando então “extremamente vulnerável aos abalos do capitalismo internacional”. Nisso, a conciliação de classes, que sempre tem um prazo de validade, se expirou em 2019.

O golpe que derrubou o presidente Morales em novembro de 2019 explicitou que a soberania sobre os recursos naturais do país ainda está distante de ser uma realidade, por contar com um processo produtivo e poder político subordinado ao imperialismo, e voltado para atender as suas demandas, no caso, a exportação de *commodities*, enquanto importa bens manufaturados. Para que o governo Morales pudesse conquistar essa soberania, teria sido necessário a ruptura com a própria condição dependente, que só seria possível rompendo com o modo de produção capitalista e também

garantindo a independência em relação ao imperialismo, buscando a “superação também de seus sócios menores, as classes dominantes-dominadas” (NETO, 2022, p. 101).

No entanto, apesar de defender nos discursos a construção do socialismo a longo prazo com os conceitos de “capitalismo andino-amazônico” e “socialismo comunitário”, nada indica que esse foi realmente o caminho que a Bolívia percorreu com o governo Morales, através de uma compreensão que o socialismo não se constrói “aos poucos”, e muito menos retirando o protagonismo da classe trabalhadora na luta revolucionária. E também, mesmo se fosse possível ser construído por etapas, o que se observou no governo Morales foi que longe de buscar romper com o capitalismo, mesmo a passos longos, buscou-se desenvolver as forças produtivas capitalistas para tentar extrair ganhos sociais a partir disso, aprofundando então a dependência de padrão primário-exportador, que possibilitou a movimentação de forças da burguesia interna e imperialista para a sua derrubada.

### **Considerações finais**

O presente artigo buscou explicar o golpe de Estado que o presidente Evo Morales sofreu em 2019 a partir das discussões em torno da dependência da sua economia e de seu Estado, assim como da ingerência do imperialismo estadunidense.

Ao analisar a economia boliviana no governo Morales, pôde-se observar que houve um aumento do setor extrativo, sendo o único que cresceu sua participação no PIB boliviano, mostrando uma priorização do governo quanto a esse setor, diferente dos discursos oficiais de busca por uma maior industrialização da economia boliviana. A economia boliviana então, continuou sendo uma economia baseada na exploração de recursos naturais, principalmente hidrocarbonetos e minérios, dependendo dela para o seu funcionamento.

Isso tudo demonstra que a economia no governo Morales não fez parte do *proceso de cambio*, em que diversas mudanças a nível político ocorreram, como o reconhecimento da plurinacionalidade do Estado boliviano. A nível econômico, observou-se que houve a continuidade da condição dependente, e até mesmo um aprofundamento, ao constatar que o padrão primário-exportador foi reforçado, priorizando o setor extrativo, com a superexploração da força de trabalho sendo um marco definidor dessa dependência.

Assim, apesar dos discursos do governo de um “extrativismo temporário” para industrializar o país e construir o socialismo, o que se observou foi um aprofundamento da condição dependente da economia dependente, que caminhou em uma direção muito distante do rompimento com a ordem capitalista, em que até mesmo a “recuperação da soberania sobre os recursos naturais do país”, conclamada pelo governo a partir das nacionalizações, não foi realmente alcançada.

Foram observados dois momentos principais de instabilidade política no seu governo: nos três primeiros anos, em que o presidente iniciava o *proceso de cambio* e buscava elaborar e aprovar uma

nova constituição para o país, havendo movimentação de forças separatistas que visavam manter o *status quo*; e o segundo momento foi a partir de 2016, que como visto, em 2014-2015 a economia boliviana começou a apresentar taxas de crescimento muito menores do que nos seus anos anteriores, por conta principalmente da queda da exportação, que ocasionou na queda da taxa de lucro das burguesias bolivianas, o que fez com que essas se movimentassem novamente contra o governo, principalmente após o referendo constitucional do 21F.

Esse segundo momento de instabilidade do governo Morales se estendeu até 2019, com as forças opositoras conseguindo derrubar o presidente, forçando-o a renunciar no dia 10 de novembro de 2019. Isso explicitou a nova configuração do Estado boliviano, o de Estado de contrainsurgência, que colocou Morales e sua base popular como inimigos a serem combatidos a partir da aliança da burguesia com as forças armadas.

Assim, a relevância da pesquisa empreendida nesse artigo foi a de demonstrar que governos populares que chegam ao poder em economias dependentes e sob o olhar do imperialismo estadunidense, ao não buscar romper com essa condição acreditando na tomada do poder político via eleição, ficam sujeitos a processos de rupturas democráticas em que as classes dominantes agirão para tomar para si o controle total do aparato do Estado, que volte a atuar sem ferir seus interesses econômicos.

## Referências

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BANCO MUNDIAL. World bank open data. **The World Data Bank Data**, Washington, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org> Acesso em: 14.11.2022.

BARRETO, Helena Marroig. **Marini ontem e hoje**. Pontuações sobre a Teoria Marxista da Dependência e novas perspectivas. 2013. 55f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BARRIOS GUTIÉRREZ, Juan Carlos. Determinantes de la inversión extranjera directa en Bolivia. Un enfoque institucionalista. **Cuadernos de Economía**, 40(83), 679-711.

BCB. Boletín del Sector externo. **Banco Central de Bolivia**, La Paz, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gob.bo/webdocs/publicacionesbcb/2020/05/25/INDICEBASEBOLSECEXT62.pdf> Acesso em: 22.11.22.

BCB. Relación de precios de intercambio, poder de compra de las exportaciones, efectos de la relación de precios de intercambio y propensión media a exporta. **Banco Central de Bolivia**, La

Paz, 2019. Disponível em:

<https://www.bcb.gob.bo/webdocs/publicacionesbcb/2019/12/26/67.pdf> Acesso em: 10.10.2022.

BOLIVIA. **Historia de la COMIBOL**. COMIBOL, La paz, 2020a. Disponível em: <http://www.comibol.gob.bo/index.php/institucional/historia-de-la-comibol> Acesso em: 10.04.22

BORON, Atilio A. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2020b.

BORON, Atilio A. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ, Emiliano. **As veias do sul continuam abertas**: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020a.

BRITO, Gisela; AMPUERO, Shirley;. **Bolivia tras el referéndum**. Celag, [s.l.], julho 2016.

Disponível em: <https://www.celag.org/wp-content/uploads/2016/07/Bolivia-tras-el-referendum.pdf>  
Acesso em: 1 de novembro de 2020.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. In: VIANA, Andre Rego, BARROS, Pedro Silva, CALIXTRE, Andre Bojikian. **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011.

CASTRO, F. M.; GUERRA, Sinclair Mallet Guy; LIMA FILHO, Paulo Alves. Bolívia pré-golpe: notas de um estudo de campo. **Revista Fim do Mundo**, nº 1, jan/abr 2020.

COSTA, Luiza Calvette. **O golpe (é) de Estado**: o caso do golpe de 2019 na Bolívia. 2022. 162f. Dissertação (Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas) - Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2022.

FARINELLI, Victor. Exclusivo à Fórum: Evo Morales chama de “Golpe do Lítio” o que viveu na Bolívia. **Revista Fórum**, [S.L], 4 abril 2020. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/global/2020/4/4/exclusivo-forum-evo-morales-chama-de-golpe-do-litio-que-viveu-na-bolivia-72264.html> Acesso em: 5 agosto 2022.

FUNDACIÓN JUBILEO. Reporte de las industrias extractivas em Bolivia. **Fundación Jubileo**, Serie Debate público n. 49, 2017.

FUSER, Igor. **Bolívia**. São Paulo: Fundação Ferseu Abramo, 2016.

GARCIA LINERA, Alvaro. El capitalismo andino-amazônico. **Le monde diplomatique**, [S.I.], Jan. 2006. Disponível em: <https://www.lemondediplomatique.cl/2006/01/el-capitalismo-andino-amazonico.html> Acesso em: 10.05.21

GARCIA LINERA, Alvaro. El capitalismo andino-amazônico. **Le monde diplomatique**, [S.I.], Jan. 2006. Disponível em: <https://www.lemondediplomatique.cl/2006/01/el-capitalismo-andino-amazonico.html> Acesso em: 10.05.21.

GARCIA LINERA, Álvaro. La construcción del Estado. **IEA-CONADU**, Buenos Aires, 2010. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iec-conadu/20171115043333/pdf\\_939.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iec-conadu/20171115043333/pdf_939.pdf) Acesso em: 1.08.22.

GARCIA LINERA, Álvaro. **Socialismo comunitário**. Un horizonte de época. Ela Paz: dictiones Luxemburg, 2015.

GIL, Aldo Duran. **Estado dependente, capitalismo e democracia na América Latina**: os casos da Venezuela e Bolívia pós-1999. 2021. 134f. Tese (Promoção da Classe de Professor Associado para Classe de Professor Titular da Carreira de Magistrado Superior) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2021.

HYLTON, Forrest. Reactionary Rampage: The Paramilitary Massacre in Bolivia. **NACLA**, New York, 16 setembro 2008. Disponível em: <https://nacla.org/node/5021> Acesso em: 23.04.21.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA. **Censo Nacional de Población y Vivienda 2012**. La Paz: INE, 2012.

LENIN, V. Imperialismo, etapa superior do capitalismo. Campinas: Navegando publicação, 2011.

LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2018.

LUIGI JUNIOR, Ricardo Abrate. **Os movimentos autonomistas bolivianos na atualidade e a influência brasileira**. 2011. 97f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

MARINI, R. *et al.* El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista mexicana de Ciencias políticas y sociales**, n. 82, p. 9-47, 1975.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NETO, Antônio Ugá. **Estado e Capitalismo Dependente**. 2022. 120f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.

OSORIO, Jaime. **Estado no centro da mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSORIO, Jaime. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente**. Brasília: Temporalis, 2017. Disponível em: [https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17820/pdf\\_1](https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17820/pdf_1) Acesso em: 25 julho 2022.

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena**. 2014. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.



- PEREIRA, Camila Potyara; DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento; SANTOS, Lilian dos Reis Souza. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. **Textos & Contextos Porto Alegre**, v. 20, n. 1, p. 1-11, jan.-dez. 2021.
- PRASHAD, Vijay. As multinacionais, o valioso lítio da Bolívia e a urgência de um golpe. **Brasil de Fato**, São Paulo, 13 novembro de 2019a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/artigo-or-o-litio-da-bolivia-e-a-urgencia-de-um-golpe> Acesso em: 13 mar. 2022.
- PRASHAD, Vijay. O golpe na Bolívia tem a ver com a tela que você usa para ler este texto. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 novembro de 2019b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/21/o-golpe-na-bolivia-tem-a-ver-com-a-tela-que-voce-esta-usando-para-ler-este-artigo> Acesso em: 27 abr. 2022.
- ROMANO, Silvina; LAJTMAN, Tamara; FERNANDEZ, Aníbal Garcia; TIRADO, Arantxa. **EE. UU. y la construcción del golpe en Bolivia**. [S.L.]: Celag; 2019.
- SANCHÉZ, Augustina. Detrás del Golpe: la industrialización del litio en Bolivia. **CLACSO**, Argentina, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/detras-del-golpe-la-industrializacion-del-litio-en-bolivia/> Acesso em: 2.08.22
- STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 115-131, 1 sem. 2010.
- TAPIA, Luis. **La conyuntura de la autonomia relativa del Estado**. La Pa: Muela del diablo editores, 2009.
- TURINO, Célio. Prefácio à segunda edição. *In*: ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar novos mundos**. São Paulo: Editora elefante, 2016.
- UNCTAD. Data center. **UNCTAD.stat**, Genebra, 2022. Disponível em: [https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS\\_ChosenLang=en](https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en) Acesso em: 20.05.2022.
- WEBBER, Jeffrey R. Bolivia: A Coup in the Making? **NACLA**, New York, 12 set. 2008. Disponível em: <https://nacla.org/node/5016> Acesso em: 23.04.21.
- WITS. The World Integrated Trade Solution. **WITS**, Washington, 2022. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/> Acesso em: 10.05.22.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of capital**. Londres: Verso, 2005.